



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial em 31.12.2022

09.03.2023

CONTEÚDO

• RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
• RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
• DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
○ BALANÇO PATRIMONIAL	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
○ DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
○ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO	
○ DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	24

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o relatório da Diretoria da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A., em conjunto com as demonstrações financeiras exercício findos em 31 de dezembro 2022 e 2021, com o relatório dos Auditores Independentes, conforme as disposições legais e estatutárias.

1. Sobre a ACCREDITO

1.1. Estratégia de atuação

A ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A. (“ACCREDITO”) chegou ao mercado no final de 2020 para oferecer linhas de crédito e serviços financeiros, por meio de sua plataforma operacional 100% digital (via aplicativo para celular e web) e com dinheiro rápido na conta da empresa solicitante.

É uma Instituição financeira regulada e autorizada pelo Banco Central do Brasil, como uma Sociedade de Crédito Direto, de acordo com a Resolução nº 4.656/2018 do Conselho Monetário Nacional.

A ACCREDITO existe com o propósito de atender as empresas do Estado de São Paulo, com soluções financeiras apropriadas para o desenvolvimento e a sustentabilidade dos negócios dos pequenos empreendedores, por meio de um modelo operacional disruptivo - cujo processo de concessão de crédito pode ser integralmente conduzido dentro do aplicativo para web/smartphone.

Para fazer jus à sua vocação, dispõe de um completo portfólio de linhas de crédito como capital de giro, financiamento para investimento fixo, desconto de duplicatas e antecipação de recebíveis de cartão de crédito, além de disponibilizar aos clientes uma conta digital totalmente gratuita.

Em 2022, atentos a outra importante demanda do mercado, foi lançado o produto Financiamento à Exportação Pré-Embarque, para atender às empresas exportadoras do estado de São Paulo que precisam de recurso, rápido e sem complicação, para a produção e comercialização de produtos destinados ao mercado externo em sua fase pré-embarque.

A estratégia de atuação da ACCREDITO tem como premissa fundamental a realização (formalização) das operações exclusivamente por meio da plataforma digital ACCREDITO. Adicionalmente, para reforçar seu processo comercial para divulgação e oferta de crédito, foi estabelecida parceria com a Federação das Associações

Comerciais do Estado de São Paulo - FACESP, para que a abordagem comercial inicial e a consultoria sobre a operação possam ser conduzidas diretamente junto às empresas interessadas pelas mais de 420 associações comerciais congregadas.

Por intermédio desta rede associativista, a ACCREDITO já está presente em muitos municípios do nosso Estado, atuando em conjunto com a Associação Comercial local, destinando recursos para realizar a orientação e o treinamento de seus funcionários, a fim de capacitá-los na realização de assessoria e no acompanhamento das operações de crédito realizadas em suas respectivas jurisdições.

Desta forma, considerando as vocações de cada uma das regiões administrativas do estado, conseguimos direcionar o crédito para as atividades que efetivamente contribuem para o desenvolvimento local, com impacto sobre a geração de emprego e aumento de renda.

1.2. Público-Alvo

Micro e pequenas empresas, com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões, sediadas no estado de São Paulo, podendo estas serem associadas ou não às entidades de classe parceiras da ACCREDITO.

1.3. Portfólio de Produtos e Serviços

Financiamento para investimento fixo	Financiamento para adquirir máquinas, equipamentos, ferramentas, aplicativos, móveis ou outros bens duráveis, com prazo de pagamento de até 36 meses.
Financiamento para exportação pré-embarque	Financiamento pré-embarque para empresas que desejam obter o capital de giro adequado para a produção dos bens que serão exportados, oferecendo o crédito ideal para aumentar a competitividade e participação no comércio internacional.
Capital de Giro	Linha de crédito para apoiar o dia a dia das empresas, com parcelamento até 24 meses.
Antecipação de Recebíveis	Modalidade que permite antecipar o recebimento de vendas realizadas por meio de cartão de crédito e/ou duplicatas.
Conta Digital	Conta de pagamento, ideal para realização de pagamentos e transferências eletrônicas das pequenas empresas, mediante prévio depósito de recursos. Permite TECs, TEDs, PIX, pagamentos (boletos, contas de consumo, tributos), consultas de saldos e extrato. Sem incidência de tarifas e taxas.

1.4. Participação em Arranjos de Pagamentos

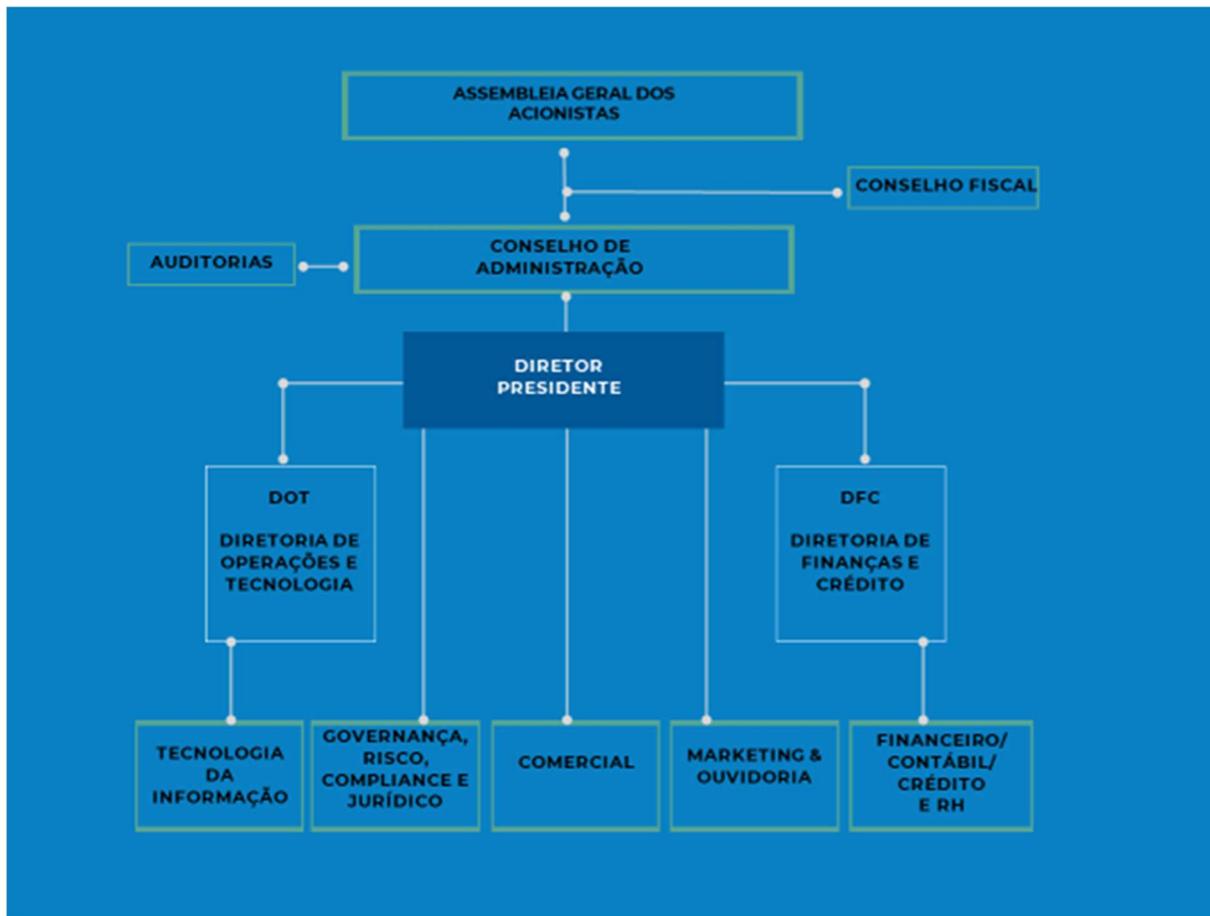
SPB – sistema de Pagamentos Brasileiro	Participante do SPB, sob o código ISPB 406, que permite a realização de operações financeiras pelos diversos agentes econômicos no Brasil, permitindo a transferência de recursos financeiros, em reais, em todo território nacional.
SPI – Sistema de Pagamentos Instantâneos	Autorizada a operar com o Pix - Sistema de Pagamentos Instantâneos, que possibilita transferências em tempo real entre instituições participantes do PIX, funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana.
CIP S.A. (Câmara Interbancária de Pagamento) - Nuclea	Integra a CIP – Nuclea para as operações, envolvendo boletos bancários, cartão de crédito/débito, registro de contratos de operações de antecipação de recebíveis de cartões de crédito com trava do domicílio bancário. Aceita transações das principais bandeiras: Visa, MasterCard, Elo, Hipercard, Amex, Cabal e Sorocred.
Open Finance	Detém autorização do Banco Central para integrar o Open Finance, sistema financeiro aberto regulado, que permite às pessoas físicas e jurídicas compartilharem voluntariamente seu histórico e dados bancários com outras instituições financeiras.

1.5. Governança Corporativa e Transparência

Ao adotarmos boas práticas de governança corporativa, demonstramos nosso compromisso com os princípios básicos de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa.

Internamente, a arquitetura de governança é composta pela Assembleia Geral dos Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Crédito e LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados, Secretaria dos Conselhos e comitês, Auditoria Interna, Auditoria Externa, Ouvidoria, Diretor Presidente, Diretor de Finanças e de Crédito, Diretor de Tecnologia de Informação.

A área de Governança divulga as regras, procedimentos e políticas que serão utilizadas pela ACCREDITO, no monitoramento e controle dos riscos definidos na AIR - Avaliação interna de Risco.



1.5.1. Políticas

As políticas e práticas de governança corporativa possuem foco na transparência de gestão, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e das políticas específicas, a saber: Política Cibernética, Política de Auditoria Interna, Política de Crédito e Cobrança, Política de Ouvidoria, Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, Política de Segurança da Informação, Política do Plano de Continuidade, Política Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Política Relacionamento com o Cliente de acordo com a Resolução nº. 4.949 do Conselho Monetário Nacional e Política Gestão de Risco.

Na Administração da ACCREDITO, as áreas Operacional e de Compliance são responsáveis solidárias por propor atualização e/ou modificação nas políticas e

nos manuais de controle interno, sempre que houver alteração na legislação, regulamentos ou interpelações judiciais que impliquem em necessidade de adaptação, novos produtos ou alterações dos negócios. A ACCREDITO define, ainda, como premissa fundamental de atuação, que é responsabilidade de cada colaborador manter-se atualizado com relação aos assuntos pertinentes à sua área de atuação.

1.5.2. LGPD

O tratamento de dados pessoais observa a boa-fé e os princípios da finalidade, adequação, transparência, segurança, conforme dispostos na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, de modo a assegurar aos clientes, parceiros, terceiros e colaboradores, o respeito à sua privacidade, intimidade e liberdade de informação.

Em 2022, foi contratada a empresa Modus DPO, para mapear os processos e buscar conformidade à legislação vigente, e designado como DPO - Data Protection Officer (encarregado pelo tratamento de dados pessoais) - o Sr. Flávio Ibelli Callegari, que estará responsável por monitorar a efetividade dos procedimentos de privacidade, treinar e capacitar a equipe interna, além de ser o canal de comunicação entre titulares/empresa e ANPD/empresa.

1.5.3. Risco Socioambiental e Climático

Nossa Política de Risco Socioambiental e Climático apresenta os procedimentos para identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar os riscos presentes nas atividades e nas operações da ACCREDITO relativamente ao tema. As diretrizes que orientam esta Política, estão alinhadas ao Código de Ética da ACCREDITO e reafirmam o compromisso com a sociedade, envolvendo aspectos relacionados à promoção dos Direitos Humanos e dos princípios fundamentais do trabalho, à universalização dos direitos sociais e ao respeito à diversidade nas relações negociais.

1.6. Gestão de pessoas

A equipe de colaboradores, no fechamento do exercício de 2022, era composta por 35 pessoas, sendo 3 diretores e 32 colaboradores (17 colaboradores do sexo masculino e 16 do sexo feminino), com idades variando entre 22 e 71 anos.

Tem em sua gestão de pessoas, foco na atratividade, no engajamento e na comunicação, com vistas ao desenvolvimento de colaboradores da ACCREDITO. Outro

aspecto relevante diz respeito à diversidade: o livre diálogo, com compromisso e criatividade, entre pessoas com muita experiência no mercado de trabalho e a inovação trazida pelas novas gerações. Há forte convicção de que este convívio agrega sólido valor aos negócios

Em relação a escolaridade, 60% dos colaboradores têm graduação, 20% possuem pós-graduação, 9% possuem MBA, 6% atualmente cursam graduação e os outros 5% têm nível técnico.

A ACCREDITO busca oferecer a seus colaboradores, benefícios e cursos para atualização e reciclagem de conhecimento. Atua em programas, capacitações e iniciativas voltadas à retenção de talentos e no desenvolvimento de seu capital humano, de forma a aumentar a competitividade do negócio e a satisfação dos colaboradores.

1.7. Ouvidoria

1.7.1. Ouvidoria Externa

O canal de Ouvidoria da ACCREDITO tem como missão assegurar o cumprimento das exigências legais e regulamentares relativas aos direitos dos clientes. Trata-se de um canal de comunicação que atua na prestação de orientações, recebimento e gerenciamento de manifestações de forma transparente, independente e imparcial, em linha com as diretrizes e princípios de Governança Corporativa e com o intuito de fomentar a cultura de ouvir e agir com justiça.

Podem ser encaminhadas críticas, sugestões, reclamações ou elogios relativos aos produtos e serviços financeiros da ACCREDITO por meio de telefone, e-mail ou carta. Atua na articulação e mediação de solução para demandas dos clientes diretamente com gestores de produtos, serviços e processos da ACCREDITO financeira. Em 2022, foram solucionadas 18 ocorrências.

1.7.2. Ouvidoria Interna

Direcionada aos funcionários, estagiários, aprendizes e contratados, a Ouvidoria Interna recebe denúncias e reclamações sobre conflitos no ambiente de trabalho, desvios comportamentais, descumprimentos de normas internas e reclamações referentes aos processos de gestão de pessoas. Além disso, é intermediadora na resolução de conflitos e avalia a ocorrência de comportamento reprovável.

1.7.3. Canal de Denúncias

Disponibilizamos em nosso site um canal para atender às demandas específicas que envolvam casos de descumprimento do Código de Ética e denúncia de ilícitos de qualquer natureza, incluindo corrupção. O Canal de Denúncias acolhe informações de indícios de ilicitudes. As denúncias podem ser feitas anonimamente ou sob identificação, com garantia de proteção aos denunciantes.

1.8. Comunicação

A ACCREDITO, como uma empresa recém inserida no mercado financeiro, cumpre a intensa - e desafiadora - jornada de posicionar e fortalecer sua imagem e reputação. Parte substantiva dos recursos, bem como dos desafios, de comunicação e marketing são correlacionados aos avanços tecnológicos, à dinâmica das redes sociais e à evolução das plataformas de distribuição de conteúdo. O fato de não possuir pontos de venda físicos, torna a estratégia de comunicação mais dependente da efetividade do meio digital.

1.8.1. Ações de divulgação e fortalecimento da marca

Em 2022, a ACCREDITO realizou campanha de comunicação sob o conceito “Sonhos”, voltada aos empreendedores que necessitam recursos financeiros para realização de seus projetos. Baseada em um filme para TV (Pay TV), houve veiculação no canal Globonews durante os períodos de fevereiro a maio (Grande São Paulo) e setembro a novembro (Grande São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto). Também, destaca-se o blog Dicas Inacreditáveis, canal de conteúdo que tem como objetivo divulgar assuntos de relevância para os pequenos empreendedores, promovendo o conhecimento produzido pelas equipes internas e pelos provedores de conteúdo da ACCREDITO.

1.8.2. Publicidade

Durante o ano, foram realizadas campanhas publicitárias focadas na divulgação da marca ACCREDITO e na colocação específica de produtos de crédito para pequenos empreendedores do estado de São Paulo. A campanha “INACCREDITÁVEL” tem como destaques o hot site com acesso ao simulador, explicações sobre os produtos e sobre outras ações promocionais lançadas no período.

1.8.3. Redes sociais

Nas redes sociais, a ACCREDITO adotou uma estratégia de divulgar conteúdos informativos a respeito de seus produtos, datas comemorativas e assuntos relevantes para os pequenos empreendedores no Instagram, Facebook, LinkedIn e YouTube. A presença nas redes sociais foi intensificada tanto por meio de publicações orgânicas, quanto pelo investimento em marketing digital.

1.8.4. Eventos

A ACCREDITO participou de eventos correlacionados aos temas de interesse do pequeno empreendedor, bem como voltados a nichos de atuação específicas, tais como: Feira ABF - Associação Brasileira de Franchising (junho); Feira FIPAN - Federação das Indústrias de Panificação (julho); Feira Pet South America (agosto); Beauty Fair (setembro); Feira do Empreendedor SEBRAE (outubro); Feira Fintouch da ABFintechs (setembro).

2. Desempenho operacional

2.1. Contexto Inicial

A ACCREDITO foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 6 de julho de 2020, porém seu go-live, ou seja, a efetiva oferta de produtos e serviços (concessão de crédito em plataforma 100% digital) ocorreu apenas em janeiro de 2021, com os produtos CAPITAL DE GIRO e FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTO FIXO.

Naqueles primeiros meses de 2021, houve a 2ª onda da pandemia da COVID, fato que obrigou as autoridades governamentais a decretar novo lockdown e reeditar as medidas de restrição ao funcionamento do comércio em várias cidades do Brasil, gerando enorme impacto socioeconômico, principalmente para as micro e pequenas empresas, público-alvo das operações da ACCREDITO.

Foi neste contexto de dificuldades econômicas que a ACCREDITO iniciou suas operações, tendo como uma das premissas operacionais do motor de crédito de sua plataforma operacional a utilização de um bureau de crédito, com a finalidade de obter informações financeiras acuradas sobre a atuação das empresas e de seus sócios. Todavia, no transcorrer das operações nos meses seguintes, foi observado o crescimento nos indicadores de inadimplência e atrasos.

Como parte das ações de mitigação deste fato, decidiu-se realizar uma “auditoria” presencial nos estabelecimentos que haviam tomado crédito na plataforma ACCREDITO e que não respondiam às iniciativas de cobrança levadas pela ACCREDITO. Observou-se, in loco, que várias empresas não mais estavam operacionais, muito embora os seus registros junto ao bureau de crédito permanecessem evidenciando uma plena atuação. Ficou evidente que a base de informações deste bureau de crédito trabalhava com uma defasagem de informações, não capturando, de imediato, a crescente inadimplência dessas micro e pequenas empresas, várias delas com o encerramento de suas atividades.

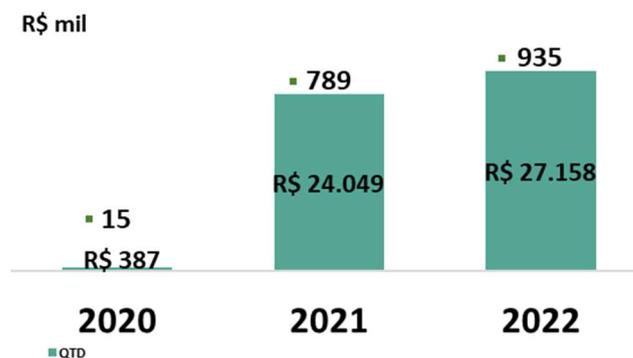
2.2. Política de concessão de crédito

Em decorrência do exposto acima, com a carteira constituída entre janeiro e maio de 2021 em elevado índice de inadimplência/atraso, foram promovidas, entre junho de 2021 a agosto de 2022, significativas medidas para adequação na política de concessão de crédito, aperfeiçoando os mecanismos de controles e comprovações. A partir de setembro de 2022, novas medidas de aperfeiçoamento foram introduzidas no motor de crédito, tais como consulta por meio de API diretamente no site da Receita Federal com o consentimento do proponente e alteração do bureau de crédito.

A ACCREDITO foi autorizada a participar do novo sistema financeiro aberto, Open Finance, que permitirá o compartilhamento do histórico e dados bancários com outras instituições, e este modelo irá contribuir com a melhora das informações, que serão tratadas e incorporadas na avaliação do risco do tomador.

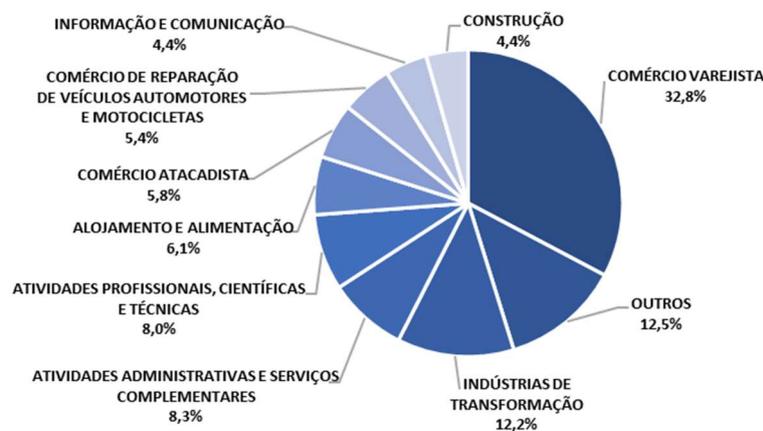
Em virtude do predominante cenário econômico de volatilidade, ressalta-se a importância do efetivo monitoramento e da capacidade de ajustar as regras e/ou critérios de concessão de crédito, que podem implicar na adequação de exigências para enquadramento das empresas proponentes, sempre com foco na preservação da capacidade de pagamento destas. Assim espera-se manter maior previsibilidade no retorno do crédito concedido, preservando a integridade do modelo 100% digital.

2.3. Concessões



As concessões de crédito tiveram, no exercício de 2022, uma evolução de 18,5% em comparação ao ano de 2021, atingindo o total de R\$ 27,158 milhões, representadas por 935 operações, com ticket médio de R\$ 29,045 mil.

Participação atividade econômica



A carteira de crédito está composta pelos diversos segmento da economia do Estado de São Paulo, com concentração de 32,8% no comércio varejista, no montante de R\$ 16,8 milhões, seguido da indústria de transformação com participação de 12,2%, no montante de R\$ 6,3 milhões.

Participação por região

	Qtde.	Concessão R\$	% Participação
Sao Paulo	1.085	32.671.454	63,32%
Campinas	216	6.929.662	13,43%
São José dos Campos	76	2.389.816	4,63%
São José do Rio Preto	63	1.986.291	3,85%
Franca	57	1.404.940	2,72%
Araçatuba	38	1.202.448	2,33%
Marília	43	1.040.117	2,02%
Santos	27	926.025	1,79%
Ribeirão Preto	36	810.630	1,57%
Sorocaba	38	743.025	1,44%
Presidente Prudente	14	421.451	0,82%
Barretos	11	329.316	0,64%
Bauru	16	314.550	0,61%
Registro	10	284.097	0,55%
Central	9	140.141	0,27%
	1.739	51.593.963	100,00%

A ACCREDITO está presente em 15 (quinze) das 16 (dezesesseis) regiões administrativas do Estado de São Paulo, com concentração na região metropolitana de São Paulo, com participação de 63,32%, seguido na região de Campinas, com 13,43%.

2.4. Cobrança

O processo de cobrança e recuperação de crédito, na fase extrajudicial, é realizado com equipe própria, composta de agentes de cobrança e suporte para atividades de controle das operações em atraso. A cobrança judicial é realizada por escritórios de advocacia contratados para este fim.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Aos
Acionistas e Administradores da
ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACCREDITO - Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ismael Nicomélio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de reais

1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21
Circulante		44.312	60.557
Disponibilidades	4	1.031	1.251
Instrumentos financeiros		25.463	44.887
Títulos e valores mobiliários	5	25.463	44.887
Operações de crédito		17.180	13.986
Operações de crédito	6	17.180	13.986
Outros ativos		638	433
Outros créditos - diversos	7	550	400
Despesas antecipadas		88	33
Não circulante		10.821	7.128
Instrumentos financeiros		9.448	5.680
Operações de crédito		9.448	5.680
Imobilizado de uso	8	336	369
Outras imobilizações de uso		482	442
(Depreciações acumuladas)		(146)	(73)
Intangível	9	1.037	1.079
Ativos intangíveis		1.307	1.211
(Amortização acumulada)		(270)	(132)
Total do ativo		55.133	67.685

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	31/12/22	31/12/21
Circulante		1.065	757
Instrumentos financeiros		116	-
Depósitos		116	-
Outros passivos		949	757
Cobrança, arrec. Tributos e assemelhado		9	2
Fiscais e previdenciárias	10	293	229
Diversas	11	647	526
Não circulante		19	-
Provisões		19	-
Diversas - passivos contingentes		19	-
Patrimônio líquido		54.049	66.928
Capital:	12.a	75.000	75.000
De domiciliados no país		75.000	75.000
Ajustes de avaliação patrimonial	12.b	(4)	(1)
(Prejuízos acumulados)		(20.947)	(8.071)
Total do passivo e patrimônio líquido		55.133	67.685

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

	NE	2º-SEM-22	2022	2021
Receitas de intermediação financeira		6.470	11.439	5.083
Operações de crédito		4.438	7.066	3.179
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.032	4.373	1.904
Despesas da intermediação financeira		(5.145)	(10.269)	(2.243)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos		(5.145)	(10.269)	(2.243)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.325	1.170	2.840
Outras receitas/ despesas operacionais		(7.335)	(14.046)	(8.469)
Receitas de prestação de serviços		61	104	72
Despesas de pessoal	13	(3.159)	(6.018)	(4.395)
Outras despesas administrativas	14	(3.906)	(7.176)	(3.791)
Despesas tributárias		(314)	(553)	(269)
Provisão (reversão) de provisões operacionais		(19)	(19)	-
Outras receitas operacionais		2	5	1
Outras despesas operacionais		-	(389)	(87)
Resultado operacional		(6.010)	(12.876)	(5.629)
Resultado antes da tributação sobre o lucro E participações		(6.010)	(12.876)	(5.629)
(Prejuízo) do semestre/exercício		(6.010)	(12.876)	(5.629)
Nº de ações		75.000	75.000	75.000
Prejuízo por ação		(80,14)	(171,69)	(75,05)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

	2º-SEM-22	2022	2021
(Prejuízo) do semestre/exercício	(6.010)	(12.876)	(5.628)
Resultado abrangente	3	(3)	188
Ajustes que serão transferidos para resultados:	3	(3)	188
Ajuste TVM	3	(3)	188
Resultado abrangente total	(6.007)	(12.879)	(5.440)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

Semestre de 01/07/22 a 31/12/22				
	Capital realizado	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do semestre em 01 de julho de 2022	75.000	(7)	(14.937)	60.056
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	3	-	3
Prejuízo do semestre	-	-	(6.010)	(6.010)
Saldos no fim do exercício em 31 de dezembro de 2022	75.000	(4)	(20.947)	54.049
Mutações do semestre:	-	3	(6.010)	(6.007)

Exercício de 01/01/22 a 31/12/22				
	Capital realizado	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do exercício em 01 de janeiro de 2022	75.000	(1)	(8.071)	66.928
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	(3)	-	(3)
Prejuízo do exercício	-	-	(12.876)	(12.876)
Saldos no fim do exercício em 31 de dezembro de 2022	75.000	(4)	(20.947)	54.049
Mutações do exercício:	-	(3)	(12.876)	(12.879)

Exercício de 01/01/21 a 31/12/21				
	Capital realizado	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos no início do exercício em 01 de janeiro de 2021	75.000	(189)	(2.442)	72.369
ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	188	-	188
prejuízo do exercício	-	-	(5.629)	(5.629)
Saldos no fim do exercício em 31 de dezembro de 2021	75.000	(1)	(8.071)	66.928
Mutações do exercício:	-	188	(5.629)	(5.441)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

	2º-SEM-22	31/12/22	31/12/21
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre e exercício	(6.010)	(12.876)	(5.629)
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	107	212	187
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.145	10.269	2.242
Ajustes de avaliação patrimonial no resultado	-	-	188
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	19	19	-
	(739)	(2.376)	(3.012)
Varição de Ativos e Obrigações			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	880	2.322	4.946
(Aumento) redução de outros ativos	6.047	12.459	4.758
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(4.987)	(10.089)	(227)
Aumento (redução) em outros passivos	72	116	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3)	221	415
Imposto de renda e contribuição social pagos	(249)	(385)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais	141	(54)	1.934
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(15)	(70)	(88)
Inversões líquidas no intangível	(3)	(96)	(596)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18)	(166)	(684)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	123	(220)	1.250
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	908	1.251	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	1.031	1.031	1.251

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e e 31 de dezembro de 2021 (Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Sociedade” ou “Instituição”) tem sede social em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, 43 - Centro, tendo sido autorizada pelo Banco Central do Brasil em 6 de julho de 2020, e constituída formalmente em 14 de julho de 2020.

A Sociedade tem por objeto social a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios e a emissão de moedas eletrônicas, nos termos da regulamentação em vigor, bem como a prática dos serviços de análise de crédito para terceiros, cobrança de crédito de terceiros e distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito e de financiamento por ela originadas, observadas neste caso, a regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). A Sociedade realiza atividades somente por meio de plataforma eletrônica, sendo vedada a captação de recursos junto ao público, exceto por aumento de capital com emissão de novas ações.

A Associação Comercial de São Paulo, detém 100% das ações e em janeiro de 2021 iniciou as suas atividades operacionais, disponibilizando operações de empréstimos, financiamentos de investimento fixo e antecipação de recebíveis de duplicatas/cartões de crédito, tudo em conformidade com sua política de crédito. No exercício de 2022, implantou a conta digital para os tomadores de crédito com serviços de arrecadação de contas de consumo, pagamentos de boletos bancários, transferências de recursos - TED/DOC.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das regras contábeis previstas na Lei das Sociedades por Ações, observando-se ainda às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e consideram o curso normal dos negócios da Sociedade.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente ao valor justo de instrumentos financeiros, efetivo recebimento dos valores referentes as operações de crédito e valor residual do ativo permanente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, portanto, a Administração da Sociedade revisa periodicamente essas estimativas e premissas para reduzir os riscos de imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Os resultados estimados não estão sujeitos a sensibilidade futura das estimativas utilizadas, entretanto, os resultados estimados nas demonstrações financeiras, poderão ser modificados se advir novos fatos, notadamente os relacionados a futuras modificações dos percentuais de inadimplência.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação, não havendo ativos ou passivos sujeitos a variação cambial. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente do recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

As disponibilidades são caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda nos termos da Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil.

Estão avaliados pelo valor de mercado, sendo os ajustes ao valor de mercado contabilizados no patrimônio líquido e tratados como resultados abrangentes. Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos.

Operações de crédito

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. Estão classificadas por rating nos termos da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência.

Todas as operações foram originadas na plataforma eletrônica da Sociedade não havendo operações de cessão de créditos.

d) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções nº 4.803 e 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

e) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9%
Programa de Integração Social - PIS	Até 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Até 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

A Sociedade apresentou prejuízo fiscal por estar no início das operações e, desta forma, não apresenta base de cálculo positiva para os tributos. Não foram constituídos crédito tributário sobre o prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de contribuição social por ainda não atender os requisitos da Resolução nº 4.842/2000 do Conselho Monetário Nacional.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "pro-rata" dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

g) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado, considerando o valor da aquisição dos itens componentes do ativo imobilizado de uso e intangível, deduzido do valor estimado de sua recuperação, sendo adotadas as taxas apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis. Em razão de não haver bens de valor relevante, foram adotadas vida útil e valores residuais médios para o conjunto de bens conforme sua natureza.

h) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional.

- **Contingências ativas:** não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- **Obrigações legais:** ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

4. Disponibilidade

Referem-se ao total de saldo registrados em disponibilidades e em aplicações interfinanceiras de liquidez. As disponibilidades são compostas pelo disponível de fundo de caixa, depósito bancário à vista e conta de liquidação mantida no Banco Central do Brasil.

As aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 1.027 (R\$ 1.250 em 31 de dezembro de 2021) referem-se à aplicação em Letras do Tesouro Nacional realizada em 31 de dezembro de 2022, com compromisso de revenda para 2 de janeiro de 2023, reconhecida pelo valor da aplicação acrescido do rendimento pro rata.

5. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

Carteira Própria	31/12/2022	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro	6.892	6.132
Certificados de Depósitos Bancários	18.571	38.755
Total	25.463	44.887

Os certificados de depósitos bancários rendem 104% da variação do CDI, e estão livres para resgate imediato.

Os títulos e valores mobiliários possuem os seguintes vencimentos:

Título	Vencimento	Curva	Mercado
Em 31/12/2022			
Circulante			
Certificado Dep. Bancário	16/08/2024	18.571	18.571
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	6.895	6.892
Total Geral		25.466	25.463

Título	Vencimento	Curva	Mercado
Em 31/12/2021			
Circulante			
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2022	6.133	6.132
Certificado Dep. Bancário	16/08/2024	38.755	38.755
Total Geral		44.888	44.887

6. Operações de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	21.427	14.386	9.934	5.552	31.361	19.938
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	809	657	1.389	520	2.199	1.177
Aquisição de Direitos Creditórios -Jurídica	1.085	796	-	-	1.085	796
Total	23.321	15.839	11.324	6.072	34.645	21.911

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas	(5.295)	(1.786)	(1.813)	(380)	(7.799)	(2.166)
Financiamentos de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas	(155)	(57)	(63)	(12)	(218)	(69)
Aquisição de Direitos Creditórios-Jurídica	(691)	(10)	-	-	-	(10)-
Provisão total	(6.141)	(1.853)	(1.876)	(392)	(8.017)	(2.245)
Total Geral	17.180	13.986	9.448	5.680	26.628	19.666

Classificação das operações de crédito por nível de risco:

a) Ativo circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A	9.311	8.280	365	323	35	407	9.711	9.010
B	3.598	1.468	258	186	72	177	3.928	1.831
C	1.406	1.331	-	73	56	212	1.462	1.616
D	925	793	8	7	-	-	933	800
E	835	637	38	13	334	-	1.208	650
F	786	434	-	15	-	-	786	449
G	440	802	6	-	-	-	446	802
H	4.126	641	134	40	588	-	4.848	681
Total	21.428	14.386	809	657	1.085	796	23.322	15.839

Ativo não circulante

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A	4.165	3.563	595	259	-	-	4.761	3.822
B	2.392	707	690	198	-	-	3.082	905
C	670	528	-	53	-	-	670	581
D	563	259	-	3	-	-	563	262
E	299	130	70	-	-	-	369	130
F	363	87	-	1	-	-	363	88
G	207	158	3	-	-	-	210	158
H	1.276	120	30	6	-	-	1.306	126
Total	9.934	5.552	1.389	520	-	-	11.324	6.072

b) Total

Rating	Empréstimo Capital de Giro - Jurídicas		Financiamentos de Capital Fixo - PJ		Aquisição de Direitos Creditórios		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A	13.476	11.843	961	582	35	407	14.472	12.832
B	5.990	2.175	948	384	72	177	7.010	2.736
C	2.075	1.859	-	126	56	212	2.131	2.197
D	1.488	1.052	8	10	-	-	1.496	1.062
E	1.134	767	109	12	334	-	1.577	779
F	1.149	521	-	17	-	-	1.149	538
G	647	960	9	-	-	-	656	960
H	5.402	761	164	46	588	-	6.154	807
Total	31.362	19.938	2.199	1.177	1.085	796	34.646	21.911

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

a) Empréstimos de Capital de Giro para Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2022			31/12/2021		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	13.476	0,5%	67	11.843	0,5%	59
B	5.990	1,0%	60	2.175	1,0%	22
C	2.075	3,0%	62	1.859	3,0%	56
D	1.488	10,0%	149	1.052	10,0%	105
E	1.134	30,0%	340	767	30,0%	230
F	1.149	50,0%	575	521	50,0%	261
G	647	70,0%	453	960	70,0%	672
H	5.402	100,0%	5.402	761	100,0%	761
Total	31.361		7.108	19.938		2.166

b) Financiamento de Capital Fixo para Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2022			31/12/2021		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	961	0,5%	5	582	0,5%	3
B	948	1,0%	9	384	1,0%	4
C	-	3,0%	-	126	3,0%	4
D	8	10,0%	1	10	10,0%	1
E	109	30,0%	33	12	30,0%	3
F	-	50,0%	-	17	50,0%	8
G	9	70,0%	6	-	70,0%	-
H	164	100,0%	164	46	100,0%	46
Total	2.199		218	1.177		69

c) Aquisição de direitos creditórios de Pessoas Jurídicas

Rating	31/12/2022			31/12/2021		
	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão	Saldo Total	% da provisão	Valor da provisão
A	35	0,5%	-	407	0,5%	2
B	72	1,0%	1	177	1,0%	2
C	56	3,0%	2	212	3,0%	6
D	-	10,0%	-	-	10,0%	-
E	334	30,0%	100	-	30,0%	-
F	-	50,0%	-	-	50,0%	-
G	-	70,0%	-	-	70,0%	-
H	588	100,0%	588	-	100,0%	-
Total	1.085		691	796		10

Concentração das operações de crédito:

Percentual em relação ao total das operações de crédito

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos de capital de giro - Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	27	31	0,1%	0,2%
Maior devedor	104	87	0,3%	0,4%
Menor devedor	1	1	0,0%	0,1%
Financiamentos de capital fixo - Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	48	31	2,2%	2,6%
Maior devedor	195	104	8,9%	8,8%
Menor devedor	1	2	0,0%	0,2%
Aquisição de direitos creditórios - Pessoas Jurídicas:				
Saldo médio dos contratos	15	99	1,4%	12,5%
Maior devedor	206	212	19,0%	26,6%
Menor devedor	2	13	0,2%	1,6%

Concentração por quantidade de clientes

10 maiores devedores	2.704	5,58%
20 maiores devedores	4.326	8,92%
50 maiores devedores	8.152	16,78%
100 maiores devedores	13.580	27,89%

O limite máximo para os empréstimos de capital de giro é de R\$ 125 mil, e para financiamentos de capital fixo é de R\$ 250 mil e financiamentos de exportação pré-embarque é de R\$ 300 mil. O vencimento mais longo dos contratos de empréstimos é em 28 de outubro de 2027.

Classificação das operações de crédito por faixa de vencimento:

	Empréstimos de Capital de Giro 31/12/2022	Empréstimos de Capital de Giro 31/12/2021	Financiamentos de Capital Fixo 31/12/2022	Financiamentos de Capital Fixo 31/12/2021	Aquisição de Direitos Creditórios 31/12/2022	Aquisição de Direitos Creditórios 31/12/2021	Total 31/12/2022	Total 31/12/2021
Vencidas:								
Mais de 180 dias	791	17	5	-	546	-	1.342	17
De 91 a 180 dias	879	167	8	5	89	-	976	172
De 61 a 90 dias	396	150	5	6	143	-	544	156
De 31 a 60 dias	505	249	5	10	139	78	649	337
Até 30 dias	794	427	18	21	70	137	882	585
Total							4.393	
Vencido	3.365	1.010	41	42	987	215		1.267
A vencer:								
Até 30 dias	1.656	1.213	52	33	75	325	1.783	1.571
De 31 a 60 dias	1.724	1.138	30	58	23	170	1.777	1.366
De 61 a 90 dias	1.747	1.097	38	49	-	63	1.785	1.209
De 91 a 180 dias	4.800	3.347	165	167	-	23	4.965	3.537
De 181 a 360 dias	8.136	6.581	483	308	-	-	8.619	6.889
Total							18.929	
Ativo Circulante	18.063	14.386	768	657	98	796		15.839
De 361 a 720 dias	8.859	5.343	864	398	-	-	9.723	5.741
Acima de 721	1.075	209	525	122	-	-	1.600	331
Total Ativo Não Circulante	9.934	5.552	1.389	520	-	-	11.324	6.072

Operações de crédito por atividade econômica:

Atividade:	31/12/2022	31/12/2021
Comercio	15.497	8.986
Industria de transformação	4.199	2.090
Serviços referente as atividades profissionais, científicas e técnicas	2.941	2.037
Atividades administrativas e serviços complementares	2.682	1.896
Alojamento e alimentação	2.012	1.634
Construção civil	1.546	1.306
Informação e comunicação	1.315	732
Educação	1.264	592
Transporte, Armazenagem e Correio	1.031	1.039
Outras Atividades de Serviços	900	634
Saúde humana e serviços sociais	563	230
Atividades financeiras, de seguros e relacionadas	304	299
Artes, cultura, esporte e recreação	209	178
Atividade imobiliária	132	183
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	40	-
Serviços Domésticos	10	-
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e Aquicultura	-	22
Eletricidade e gás	-	9
Outras atividades	-	44
Total	34.645	21.911

Os juros referentes ao segundo semestre de 2022, totalizaram R\$ 1.809, (no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 R\$ 4.437 (R\$ 3.178 em 2021), e estão contabilizados em rendas de operações de crédito.

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	2.245	2
Provisão constituída no exercício	5.772	2.243
Saldo final do período	8.017	2.245

7. Outros créditos

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a compensar (a)	468	326
Outros:		74
Adiantamentos e antecipações salariais	8	9
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-	22
Devedores diversos no país	73	43
Total	549	400

- (a) Os impostos e contribuições a compensar referem-se a imposto de renda retido sobre rendimento nos resgates de aplicações em títulos de renda fixa (R\$ 82 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 82 em 31 de dezembro de 2021) e ao imposto de renda a ser retido sobre os rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 386 (R\$ 244 em 31 de dezembro de 2021).

8. Imobilizado de uso

	Custo de Aquisição	Taxa de Depreciação	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2022	Saldo Líquido em 31/12/2021
Mobiliário	187	10%	(40)	147	152
Equipamento de Processamento de Dados	272	20%	(99)	173	198
Outros equipamentos	23	20%	(7)	16	19
Total	482		(146)	336	369

9. Intangível

	Custo de Aquisição	Taxa de Amortização	Amortização Acumulada	Saldo Líquido em 31/12/2022	Saldo Líquido em 31/12/2021
Outros ativos intangíveis:					
Sistemas de processamento de dados próprios adquiridos	1.068	10%	(174)	894	924
Sistemas de processamento de dados de terceiros contratados	239	33,33%	(96)	143	155
Total	1.307		(270)	1.037	1.079

Referem-se a direitos sobre sistemas de processamento de dados adquiridos pela Sociedade, desenvolvidos para utilização da plataforma de empréstimos e financiamentos e para implantação de conta digital. Serão amortizados pelo prazo esperado para a utilização da plataforma digital, sendo os sistemas adquiridos 120 meses e os sistemas contratados pelo prazo do contrato, em média de 36 meses, a partir de janeiro de 2021, data de início efetivo das operações da Sociedade.

10. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a recolher:		
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	12	8
Impostos e contribuições sobre salários	228	184
Outros impostos e contribuições	53	37
Total	293	229

11. Provisões

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para pagamentos a efetuar:		
Despesas de pessoal a pagar (a)	290	189
Despesas administrativas a pagar	113	192
Auditoria	23	35
Despesas com publicidade e divulgação	-	43
Despesas comerciais	-	27
Outros pagamentos	221	11
Subtotal	647	497

Outras:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	29
Subtotal	-	29
Total	647	526

- (a) A provisão para despesas de pessoal a pagar refere-se a provisão de férias dos empregados e respectivos encargos sociais.

12. Patrimônio líquido (cotas em unidades)

a) Capital social

O capital social de R\$ 75.000 está composto por 75.000.000 ações, subscritas e totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no país.

b) Outros resultados abrangentes

Refere-se a ajustes ao valor justo de ativos financeiros por meio de outros resultados abrangentes de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2022 foram constituído o ajuste no montante de R\$ 3, restando R\$ 1 que corresponde a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado dos títulos públicos. Em 31 de dezembro de 2021 a reversão foi de 188 em razão da alienação de títulos, restando R\$ 1.

13. Despesas de pessoal

	2ºSEM/22	2022	2021
Honorários da diretoria e conselho de administração	(826)	(1.641)	(1.498)
Proventos	(1.175)	(2.179)	(1.477)
Encargos sociais	(579)	(1.090)	(816)
Benefícios	(568)	(1.093)	(600)
Treinamento	(2)	(4)	(4)
Remuneração de estagiário	(9)	(11)	-
Total	(3.159)	(6.018)	(4.395)

14. Outras despesas administrativas

	2ºSEM/22	2022	2021
Aluguel	(66)	(132)	(120)
Comunicação	(26)	(46)	(29)
Manutenção de bens	(13)	(29)	-
Material consumido	(15)	(26)	(23)
Processamento de dados	(1.013)	(1.806)	(637)
Promoções e relações públicas	(46)	(93)	(76)
Propaganda e publicidade	(935)	(1.693)	(919)
Publicações	(5)	(9)	(123)
Serviços do sistema financeiro	(531)	(998)	(853)
Serviços de terceiros	(84)	(172)	(44)
Serviços técnicos especializados	(791)	(1.503)	(733)
Transporte	(57)	(76)	(13)

	<u>2ºSEM/22</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Viagens	(41)	(70)	(9)
Depreciações e amortizações	(107)	(212)	(187)
Outras despesas administrativas	(176)	(311)	(25)
Total	<u>(3.906)</u>	<u>(7.176)</u>	<u>(3.791)</u>

15. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(12.876)	(5.629)
Adições de despesas não dedutíveis	59	6
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10.639	2.243
Contingências Cíveis	19	-
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	(2.159)	(3.380)
(-) 30% de compensação de prejuízos fiscais	-	-
Total da base de cálculo do IRPJ e CSLL	(2.159)	(3.380)
Imposto de renda - 15%	-	-
IRPJ - 10% parcela adicional	-	-
Contribuição social - 9%	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 7.985, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional não terem sido atendidos.

16. Gerenciamento de riscos

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos.

Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- **Conselho de Administração:** órgão de decisão superior responsável pela orientação estratégica da Sociedade, composto por 4 (quatro) membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo um indicado seu Presidente, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição;
- **Diretoria Executiva:** que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas e processos aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, composta por 3 (três) membros, eleitos pelo

Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Presidente; um Diretor de Operações e de Tecnologia da Informação com atribuições específicas para matérias relacionadas às questões administrativas e tecnologia da informação e um Diretor Financeiro e de Crédito, com atribuições para matérias, financeiras, contábeis e de gestão de carteira de crédito;

- **Conselho Fiscal:** composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato anual, sendo sua remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Os principais riscos monitorados são:

- **Risco de crédito**

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

- **Risco de mercado**

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado.

A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

- **Risco social, ambiental e climático**

Entende-se como risco social Ambiental e Climático a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

A avaliação do risco social, Ambiental e Climático é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

Por conta do escopo de atuação da ACCREDITO, que é originação de operações de crédito para micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo, os riscos socioambientais e climático são avaliados como remotos para a concessão das operações de crédito da instituição.

Gerenciamento do risco operacional

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

A abordagem de gerenciamento de Risco Operacional adotada é o modelo de três linhas de defesa:

- **Primeira Linha de Defesa:** representada pelos gestores das áreas onde o processo ocorre. São responsáveis pela gestão dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e/ou aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias necessárias;
- **Segunda Linha de Defesa:** representada pelas Diretorias responsáveis pelas áreas operacionais e de TI, tem a responsabilidade de orientar a primeira linha na identificação de riscos e sua mitigação, avaliar a qualidade do ambiente de controle na primeira linha e atuar de forma corretiva, determinando revisão de processos ou novos controles à primeira linha de defesa;
- **Terceira Linha de Defesa:** Cabe à Auditoria Interna este papel. Esta, é responsável pela avaliação de todos os elementos, de qualquer linha de defesa, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e controles e o alcance dos objetivos esperados.

17. Transações com partes relacionadas

a. Saldo das transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade realizou pagamentos de aluguéis do imóvel de sua sede social para a acionista Associação Comercial de São Paulo, à valores de mercado, no montante de R\$ 132 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2021), reembolsou as despesas de limpeza realizadas por empresa contratada pela acionista no montante de R\$ 13 (R\$ 24 em 31 de dezembro de 2021) e pagamentos referentes a comissões pela prospecção de clientes no montante de R\$ 136 (não houve pagamentos em 31 de dezembro de 2021). Não existem outras transações com parte relacionada.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve pagamento de honorários aos administradores da Distribuidora no montante de R\$ 826 (R\$ 749 em exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

18. Demandas judiciais

Durante o exercício a Sociedade é autora em ações judiciais que têm por objeto o recebimento de operação de crédito concedida. Foram provisionados no exercício de 2022, o montante de R\$ 19, referente a passivos contingentes de processos judiciais de natureza civil, correspondente a verbas de sucumbências processuais, devido a risco de perda possível.

Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

19. Resultado não recorrente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 inexistem resultado não recorrente.

20. Análise de sensibilidade

Considerando seu perfil, todas as operações ativas estão protegidas da variação de taxa de juros, tendo as aplicações financeiras, possibilidade de resgate imediato. A exceção são as operações de crédito contratadas até 31 de julho de 2021, período em que a Sociedade utiliza taxas de juros pré-fixadas. As taxas médias das operações de crédito com taxas pré-fixadas contratadas até 31 de julho de 2021, existentes em 30 de junho de 2022, era de 1,89% ao mês para os empréstimos de capital de giro e de 1,77% para financiamentos de capital fixo. As operações de Capital de Giro pré-fixadas, praticadas a partir de 01 de setembro de 2022, têm suas taxas fixadas pela composição da taxa de juros definidas pelos juros fixos pré-fixados, capitalizados com as taxas definidas pela curva DI x Pré, constituída a partir dos preços de vencimentos de contratos futuros negociados na B3, sendo praticadas na média de 3,07% ao mês:

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Rentabilidade Futura Projetada, até vencimento da operação</u>
Capital de Giro Até 31/07/2021	6.464	754
Capital Fixo Até 31/07/2021	740	140
Capital de Giro - 12 meses	3.585	1.057

A análise de sensibilidade indica que a Sociedade terá uma rentabilidade inferior a taxa Selic na hipótese daquela taxa superar 25% ao ano, hipótese em que indica perda de rentabilidade de aproximadamente R\$ 145 para uma taxa Selic de 30% ao ano e de R\$ 296 para uma taxa Selic de 35% ao ano.

21. Outros assuntos

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021 e a Resolução BCB nº 219 de 30/03/2022, que estabelecem conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade hedge) pelas instituições financeiras, a partir de 01/01/2025, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho de Administração aprovou em 15/12/2022, a metodologia a ser aplicada na Política de Provisão para Risco, conforme segue:

Política de Provisão para Risco - Resolução CMN nº 4.966/2021

1) Aplicações Financeiras

A alocação dos recursos disponíveis no caixa está prevista na política de risco, que compreende a realização de operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e/ou aquisição de títulos privados de instituições financeiras de primeira linha com rentabilidade vinculada ao CDI, que acompanha a taxa básica de juros - Selic.

Dado a natureza da alocação dos recursos, não faremos provisão de risco para perdas, visto que os títulos são marcados a mercado diariamente, portanto seus valores de faces são ajustados periodicamente.

2) Carteira de Crédito

Manter os atuais critérios de classificação das concessões de crédito e as regras para constituição de provisão para perdas esperadas, associadas ao risco de crédito, contidas na Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, com critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando a relação do devedor e suas garantias, bem como a finalidade do crédito e as características das garantias, particularmente quanto a sua suficiência e liquidez, com aplicação de percentuais sobre os saldos das operações de crédito, classificados por “rating operação” conforme os níveis a seguir:

Risco Nível	Percentuais
AA	0%
A	0,5%
B	1%
C	3%
D	10%
E	30%
F	50%
G	70%
H	100%

22. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao Exercício de 2022, e à vista do Relatório de Auditores Independentes, manifestaram parecer positivo para os referidos documentos.

São Paulo, 09 de março de 2023

CONSELHO FISCAL:
ANTONIO CARLOS PELA
RENATO GENNARO
PAULO ROBERTO PISAURO

DIRETORIA:
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS (Presidente)
LUIZ NOBORU SETO
GILBERTO FIORAVANTE

CONTADOR:
REINALDO DANTAS CRC 1SP11033/O-6

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao 1º semestre/2022, e à vista da opinião dos Auditores Independentes e do parecer positivo do Conselho Fiscal, recomendando a este Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Exercício de 2022 e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 23 de março de 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

LUIZ ROBERTO GONÇALVES (Presidente)
ALFREDO CÔTAIT NETO
NILTON MOLINA
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS



Accredito Sociedade de Crédito Direto S.A.

Rua Boa Vista, 51 - 4º andar

Centro - São Paulo

01014-911

55 11 3188-3410

www.accredito-scd.com.br